

PROCESSO: 00006297.989.16-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAO DE ANTONI-
NEA (CNPJ 46.634.424/0001-09)

ADVOGADO: CYNEMEN DE MELLO COLLUCO E MONTEIRO
PERAZ (CNPJ 06.239.332-41)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2017
EXERCÍCIO: 2017

Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (evento 67), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO a Sr. Maria Rosa Bueno de Meira, responsável pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de (quinze) 15 dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

ALERTO à Oirgen para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b", da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.

Aproveito a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relatoria, relativas aos exercícios de 2016 e 2017, que já tramitam em meio eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e seu(s) procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitado(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) internet, deverá(a) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes temas e informações:

I) nome do Completo e OAB (no caso de procuradores);
II) número do telefone que receberá as intimações;
III) que concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp.

IV) que foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

V) que foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Ressalto que caso haja mudança do número do telefone e/ou alteração das condições de representação processual, com a substituição de procuradores, ou sobretudo término do mandato, o(s) aderente(s) deverá(ão) informá-lo de imediato o Cartório para atualização e/ou suspensão do serviço.

As intimações por WhatsApp serão enviadas a partir do aparelho celular destinado ao Cartório exclusivamente para essa finalidade.

No ato da intimação, o servidor responsável encaminhará pelo aplicativo WhatsApp a imagem do ato processual (despacho, decisão ou sentença), com a identificação do processo e das partes, podendo também ser enviado nos formatos Word ou PDF.

Em hipótese alguma é necessário responder ou confirmar o recebimento das mensagens, tendo em vista que se trata de um meio complementar de divulgação dos atos processuais.

Qualquer mensagem ou arquivo enviado pela(s) parte(s) e/ou seu(s) procurador(es) não será lida e descartada imediatamente.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.

Por fim, informo que intimações serão encaminhadas durante o expediente e feitas exclusivamente pelo aplicativo WhatsApp, e a contagem dos prazos processuais obedecerá à legislação de regência, iniciando-se com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RITCESP e após a SDG, se configurada a hipótese regimental (art. 213 do RITCESP).

Publique-se.

PROCESSO: eTC-00007975.989.16-1
Concessor: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAUBATÉ - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Beneficiária: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA Responsáveis: Herman Jacobus Cornelis Voorwald (Secretário à época), Iranli Auxiliadora Alves da Silva (Diregente Regional de Ensino), João Cury Neto (atual Secretário), Alex Euzébio Torres (Prefeito Municipal à época), Ana Lúcia Bland Sicheir (atual Prefeita Municipal).

Em exame: Repasses públicos ao Primeiro Setor - Prestação de Contas do exercício de 2015 - Convênio

Vistos.

Considerando as manifestações da Assessoria Técnico-Jurídica e da Procuradoria da Fazenda do Estado, NOTIFICO a Secretaria de Estado da Educação para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no DOE, apresente os esclarecimentos finais quanto à compensação de valores.

Publique-se.
PROCESSO: 00009634.989.18-0
REQUERENTE/SOLICITANTE: SERGIO OLIMPIO GOMES (CPF 005.023.028-01)

MENTIONADO(A): DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE GUARULHOS SUL - SECRETARIA DA EDUCACAO (CNPJ 46.384.111/0049-94)

ASSUNTO: Deputado Federal Major Olimpio solicita atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em relação ao Edital de

Credenciamento nº01/2018, Processo nº2906/0018/2017, que tem por objeto o credenciamento de instituições especializadas para a prestação de serviços contínuos em atendimento a alunos com transtorno do espectro autista - TEA - para eventual celebração de contrato

EXERCÍCIO: 2017

Vistos.

A presente matéria já está sendo tratada nos autos do TC - 005805.989.18-3.

Não havendo mais nada a ser decidido nos presentes Autos, ao Arquivo.

Publique-se.

PROCESSO: 00011916.989.18-9

REQUERENTE/SOLICITANTE: ALBERTO CAIO TAMBORRINO IMPORTACAO E EXPORTACAO (CNPJ 74.434.457/0001-40)

MENTIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA (CNPJ 45.781.184/0001-02)

ASSUNTO: Requerimento da empresa Alberto Caio Tamborino Imp e Exp EPP, datado de 11/05/2018.

Ref.: Pregão Presencial nº 65/2016 - Processo nº 6044/2016.

Comunicação possível irregularidades ocorridas no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Odessa, relativas à quebra de ordem cronológica de pagamentos em relação às notas fiscais nº 14843 e 15311.

EXERCÍCIO: 2018

Vistos.

À vista das possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Odessa.

Ante o exposto, na qualidade de relator das contas anuais do exercício de 2017 da Prefeitura acima referenciada (eTC-6791.989.16-3), NOTIFICO o Executivo local para que, no prazo de 05 (cinco) dias, tome ciência do conteúdo e apresente as justificativas que entender pertinentes.

Após, o presente expediente deverá acompanhar os autos do eTC-6791.989.16-3, para subsidiá-lo.

Referencie-se, antes, ao mencionado processo.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-1925.989.18-8

eTC-6117.989.18-6

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL MOGI MIRIM

RESPONSÁVEIS: JOAO AFONSO BERTAGNA

VALÉRIA CRISTINA BERTAGNA

CONTRATADA: COMERCIAL JOAO AFONSO LTDA.

RESPONSÁVEL: CARLOS NELSON BUENO

RAMON ALONCO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO E PONTO A PONTO DE CESTAS BÁSICAS COMPOSTAS DE ALIMENTOS E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, DESTINADOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MOGI MIRIM.

ADVOGADOS: N/C

Vistos.

Em face do requerimento de prazo adicional para esclarecimentos, defiro o pedido por mais 15 dias, a contar da publicação.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO

DIMAS EDUARDO RAMALHO

Expediente: TC-01272.989.18-8.

Representantes: Wagner Ocimar Balieiro e Amélia Naomi Omura - Vereadores do Município de São José dos Campos.

Representada: Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

Responsável: Felício Ramuth - Prefeito.

Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital da Licitação Pública Nacional promovida pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, tendo por objeto a contratação de empresa para execução da ponte de ligação da Av. São João x Av. Jorge Zauru e alargamento da ponte sobre o Córrego Senhorrinha, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID.

Valor Estimado: R\$ 62.944.581,68

AdvoGados: Marco Antônio Zanfra Saraiva (OAB/SP 88.825); Gabriela Abramides (OAB/SP 149.782); Ronaldo José de Andrade (OAB/SP 182.605).

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1.Trata-se de representação formulada por WAGNER OCIMAR BALIEIRO E AMÉLIA NAOMI OMURA - VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, contra o edital de Licitação Pública Nacional promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, tendo por objeto a contratação de empresa para execução da ponte de ligação da Av. São João x Av. Jorge Zauru e alargamento da ponte sobre o Córrego Senhorrinha, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID.

A sessão pública de abertura dos envelopes está marcada para ocorrer no dia 25/05/2018, às 09: 00 horas.

1.2.O Representantes, em resumo, insurgem-se contra os seguintes aspectos do certame:

a) possível inobservância ao prazo legal de publicidade do edital;

b) inexistência de licenciamento ambiental;

c) deficiência no projeto básico;

d) violação da Lei Municipal nº 7.732/2008, pela obra viária não contemplar ciclovia;

e) ausência de estudos de impacto de vizinhança;

f) desatendimento à Lei Orgânica do Município, que prevê em seu artigo 16 que é obrigatória a audiência pública em atos que tenham impacto ambiental e que envolvam a alteração do patrimônio público.

1.3.Nestes termos, requerem os Representantes seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações com a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.

2.1.A concessão da medida liminar de paralisação do certame é ato que se impõe para afastar possíveis impropriedades trazidas pelos Representantes, em sede do exame sumariário do processamento do Exame Prévio de Edital, de cognição não plena do ato convocatório, cabendo verificar, dentre as objeções oferecidas, se há sinais relevantes de irregularidades no edital para que se expeça a extrema medida liminar de paralisação do certame.

2.2.Nesse contexto, verifica que além de a representação não demonstrar efetivamente a existência no edital de cláusulas e requisições contrárias às normas vigentes, a natureza das questões suscitadas demandam instrução probatória incompatível com o rito sumariário do Exame Prévio de Edital.

2.3.Ressalto que em sede de Exame Prévio de Edital o exame das insurgências deve ocorrer tão somente em questões de cunho eminentemente limitativo à ampla competição e que inviabilizem, em abstrato, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Quaisquer outras demandas que escapem deste espectro avaliativo preliminar, não serão objeto de análise neste ato, mas de quesitos a serem enfrentados no momento oportuno, quando da análise ordinária da contratação.

2.4.Diante do exposto, INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento em apreço e DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste expediente, nos termos do §1º do art. 220 do Regimento Interno deste E. Tribunal.

De-se ciência ao Ministério Público de Contas.

Aguardar-se o prazo para interposição de eventuais recursos.

Por fim, archive-se o processo eletrônico.

Publique-se.

Expediente: TC-012546/989/18-7.

Representante: Daniel Pereira Prates

Representada: Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba - Secretaria de Estado da Educação.

Responsável pela Representada: Rosselfida Gomes Farias - Dirigente Regional de Ensino; João Cury Neto - Secretário de Estado da Educação.

Assunto: Representação em face do Edital do Pregão eletrônico nº 05/2018, processo administrativo nº 00385/0084/2018, oferta de compra nº 080343000012180C00024, do tipo menor preço, promovido pela Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba, objetivando a contratação de serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênic-sanitárias adequadas, aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual.

Valor estimado: Não divulgado no edital.

AdvoGados: Não constam advogados habilitados no e-tcep.

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1.Trata-se de representação formulada por DANIEL PEREIRA PRATES contra o edital do Pregão eletrônico nº 03/2018, processo administrativo nº 02300004/2017, oferta de compra nº 080263000012180C00003, do tipo menor preço, promovido pela DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE SOROCABA, objetivando a contratação de serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênic-sanitárias adequadas, aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual.

A sessão pública de processamento do pregão está marcada para ocorrer no dia 07/06/2018, às 09: 00 horas.

1.2.O representante insurge-se contra o instrumento convocatório apontando impropriedades que entende dificultar a ampla participação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, a saber:

1.2.1. Aglutinação no objeto de serviços e fornecimentos dissociados à atividade nuclear de manipulação e preparo de alimentos, citando o "fornecimento de todos os insumos de limpeza, higienização, descartáveis e equipamentos necessários para o pleno funcionamento das áreas de preparo da alimentação escolar (cozinha e despensa), bem como a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados no serviço de alimentação, manutenção e pequenos reparos, predial (anexo 3) responsabilidade-se também pelo abastecimento e despesa com consumo de gás";

Aponta ainda como imprópria a inclusão, no objeto, de serviços de desentupimentos na rede de esgotos e limpeza periódica, quando necessária, da caixa de inspeção e a realização de controle integrado de pragas.

1.2.2. Incompatibilidade entre o objeto do certame, que envolve o fornecimento de mão de obra, e a exigência de atestados de desempenho anterior com informação acerca do quantitativo de refeições;

1.2.3. Restritividade da regra que prevê que, caso a licitante seja vencedora de mais de um lote, deverá comprovar o quantitativo mínimo exigido para cada lote com atestados de capacidade técnica distintos;

1.2.4. Falta de informações necessárias à formulação de propostas no termo de referência, especialmente quanto à estimativa de refeições para cada período; os horários previstos para o fornecimento de cada refeição; a estimativa de comensais para cada tipo de refeição; informação quanto a previsão orçamentária; e fixação de adicional de insalubridade em decorrência da utilização de produtos insalubres.

1.3.Nestes termos, requer o representante seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações com a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.

2. DECIDIO

2.1. A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos do representante e de cópia do edital nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

Registro, no entanto, que não há nos autos informação de que o Representante tenha interposto impugnação administrativa junto à Representada a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgências que possui em face do ato convocatório lançado à praça.

2.2.Ainda em caráter preliminar, cabe consignar que tramitam nesta Corte outras representações cujos pontos impugnados muito se assemelham aos destes autos. Tais instrumentos também foram submetidos por Diretorias de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, todavia de outras regiões, e descrevem mesmo objeto.

Há informação de que o instrumento convocatório segue modelo padrão "SEE versão 1 - BEC versão 7", desenvolvido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, disponível no portal da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC, adaptado pela Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares CISE - Secretaria de Estado da Educação e aprovado pela Consultoria Jurídica da Pasta.

Trata-se, à toda evidência, de edital padrão. Além disso, observo que há insurgências neste processo, que dizem respeito à condição estrutural uniforme ou a cláusulas padronizadas sobre as quais já há deliberações deste Egrégio Plenário, consoante decisões proferidas nos autos do TC 7891/18 Representada a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgências que possui em face do ato convocatório lançado à praça.

2.3.Nestes termos, requerem os Representantes seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações com a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.

2.1.A concessão da medida liminar de paralisação do certame é ato que se impõe para afastar possíveis impropriedades trazidas pelos Representantes, em sede do exame sumariário do processamento do Exame Prévio de Edital, de cognição não plena do ato convocatório, cabendo verificar, dentre as objeções oferecidas, se há sinais relevantes de irregularidades no edital para que se expeça a extrema medida liminar de paralisação do certame.

2.2.Nesse contexto, verifica que além de a representação não demonstrar efetivamente a existência no edital de cláusulas e requisições contrárias às normas vigentes, a natureza das questões suscitadas demandam instrução probatória incompatível com o rito sumariário do Exame Prévio de Edital.

2.3.Ressalto que em sede de Exame Prévio de Edital o exame das insurgências deve ocorrer tão somente em questões de cunho eminentemente limitativo à ampla competição e que inviabilizem, em abstrato, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Quaisquer outras demandas que escapem deste espectro avaliativo preliminar, não serão objeto de análise neste ato, mas de quesitos a serem enfrentados no momento oportuno, quando da análise ordinária da contratação.

2.4.Diante do exposto, INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento em apreço e DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste expediente, nos termos do §1º do art. 220 do Regimento Interno deste E. Tribunal.

De-se ciência ao Ministério Público de Contas.

Aguardar-se o prazo para interposição de eventuais recursos.

Por fim, archive-se o processo eletrônico.

Publique-se.

Expediente: TC-012546/989/18-7.

Representante: Daniel Pereira Prates

Representada: Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba - Secretaria de Estado da Educação.

Responsável pela Representada: Rosselfida Gomes Farias - Dirigente Regional de Ensino; João Cury Neto - Secretário de Estado da Educação.

Assunto: Representação em face do Edital do Pregão eletrônico nº 05/2018, processo administrativo nº 00385/0084/2018, oferta de compra nº 080343000012180C00024, do tipo menor preço, promovido pela Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba, objetivando a contratação de serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênic-sanitárias adequadas, aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual.

Valor estimado: Não divulgado no edital.

AdvoGados: Não constam advogados habilitados no e-tcep.

Vistos.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO

DIMAS EDUARDO RAMALHO

Processos: eTC-019375.989.16-7, e-TC-001228.989.17-4 e eTC005461.989.18-8

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABEREA

Responsáveis: Gustavo Cardoso Prestes Wagner (Ex-prefeito); Alex Rogério Camargo de Lacerda (Atual prefeito)

Contratada: MED CENTR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP

Responsável: Luis Carlos Sako

Objeto: Prestação de serviços médicos no Programa de Saúde da Família e na Unidade Básica de Saúde

Em exame: Contrato nº 72/2016, firmado em 05/09/2016, decorrente do Pregão Presencial nº 60/2016. Acompanhamento de Execução Contratual. Termo Aditivo nº01/2017, assinado em 01/09/2017.

Valor inicial: R\$ 334.600,08.

AdvoGados: Rafael Chuerri Gurgel, OAB/SP nº 384.906; Thaís Helena Wagner Cedeira, OAB/SP nº 378.915; Reinaldo Severino Barbosa Junior OAB/SP 292.312; outro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABEREA, por seu procurador, solicita prorrogação de prazo para apresentação de justificativas, tendo em vista a renúncia dos advogados anteriormente habilitados.

DEFIRO, pelo período de 15 (quinze) dias.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO: 00005140.989.17-9

REPRESENTANTE: LUIS LAURENTINO GOMES (CPF 032.861.888-83)

REPRESENTADO(A): CAMARA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA (CNPJ 51.313.955/0001-30)

ASSUNTO: "Cidadão denuncia possíveis irregularidades praticadas pela Câmara Municipal de Jaguariuna, referentes a provável descumprimento de dispositivo constitucional e lei federal no Portal da Transparência da Câmara."

EXERCÍCIO: 2017

Vistos.

NOTIFICO a Câmara Municipal acima mencionada, para que tome ciência do conteúdo apresentado pelo interessado (Evento 1) e, no prazo de 10 (dez) dias, informe quais as providências adotadas com objetivo de sanear as possíveis irregularidades ou esclarecimentos necessários à matéria.

Publique-se.

PROCESSO: 00001453.989.18-8

REPRESENTANTE: J. J. ANTONIOLI & CIA LTDA (CNPJ 46.055.497/0001-46)

REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ASSUNTO: Supostas irregularidades ocorridas no âmbito da Prefeitura Municipal de Monte Mor, relacionadas ao julgamento do Pregão nº 001/2018, destinado ao registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais de consumo.

EXERCÍCIO: 2018

Vistos.

Trata-se de supostas irregularidades ocorridas no âmbito da Prefeitura Municipal de Monte Mor, relacionadas ao julgamento do Pregão nº 001/2018.

Ante o exposto, na qualidade de relator das contas anuais do exercício de 2018 da Prefeitura Municipal acima referenciada (eTC- 4546.989.18-7), NOTIFICO o Executivo local para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome ciência do conteúdo e apresente as justificativas que entender pertinentes.

Após, o presente expediente deverá acompanhar os autos do eTC- 4546.989.18-7, para subsidiá-lo.

Referencie-se, antes, ao mencionado processo.

Publique-se.

PROCESSO: 00